



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.4/2002 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE** **BORBA REALIZADA NO DIA 06 DE FEVEREIRO DE** **2002**

Aos seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dois, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro, e Humberto Luís Russo Ratado, Vereadores eleitos pela CDU, João Manuel Rato Proença e Joaquim José Serra Silva, sob a Presidência do Sr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Esta reunião foi secretariada pela funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia cinco de Fevereiro de dois mil e dois, que acusa um total de disponibilidades de **32.458,03 Euros**.-----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Sr. Presidente deu início à reunião e perguntou ao restante executivo se tinham algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendessem apresentar. Nenhum eleito apresentou qualquer assunto, tendo o Sr. Presidente passado de imediato ao ponto 2. Ordem do Dia.-----

-----2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do dia foi a seguinte:-----

2.1 – Requerimentos -----
2.2 – Obras Municipais-----
2.3 – Regimento da Câmara Municipal-----
2.4 – Empréstimo a Curto Prazo-----
2.5 – Nomeação do Responsável da Câmara na Comissão de Avaliação de Propriedade Urbana-----
2.6 – Actividades da Câmara-----

2.1 - REQUERIMENTOS

Relativamente aos requerimentos apresentados, por proposta do Vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal tomou as seguintes deliberações por unanimidade:-----

a) Pedidos de viabilidade -----

Processo: **21/2002** -----

Requerente: **João António Ameixa Morgado** -----

Morada: Horta do Cego, n.5 - Orada - Borba -----

Local: Courela dos Ligeiros - Orada - Borba -----

Objecto de Requerimento: Pedido de viabilidade para construção de habitação. -----

É pretensão do requerente construir uma habitação localizada de acordo com o Plano Director Municipal em plena eficácia em *Áreas Agro-Florestais*. De acordo com o artigo 48º do regulamento, estas áreas são constituídas por solos que não possuem um elevado potencial agrícola, florestal ou estando incultos, onde poderão ser instaladas pastagens, sistemas silvopastoris, ou mesmo floresta, de forma a fixar população ligada ao meio rural. Relativamente aos índices e condicionantes previstos no regulamento, o índice máximo de construção é 0.05, e aplica-se separadamente pois as duas parcelas têm descrição e inscrição matricial diferentes: -----

- Parcela com 18000 m² (00340/001229 – artigo 7 secção H) pode construir o máximo permitido pelo regulamento 750 m²; -----
- Parcela com 15000 m² (00353/011031 – artigo 8 secção H) pode construir o máximo permitido pelo regulamento 750 m²; -----

Acrescenta-se que caso as parcelas sejam anexadas, a área máxima de construção permitida não resulta da soma das áreas de construção anteriormente indicadas, mas sim do máximo permitido por parcela 750 m². -----

Face ao exposto, foi deferido o pedido de viabilidade.-----

Processo: **29/2002** -----
Requerente: **Mariano José Caneiras Raposo** -----
Morada: Lugar do Rossio - Orada - Borba -----
Local: Lugar do Rossio - Orada - Borba -----
Objecto de Requerimento: Pedido de viabilidade para construção de moradia. -----

É pretensão do requerente construir uma moradia localizada numa parcela de terreno com 7500 m², onde se encontra construída uma moradia com 99 m². De acordo com o Plano Director Municipal em plena eficácia a pretensão localiza-se em *Áreas Agro-Florestais* segundo o artigo 48º do regulamento, estas áreas são constituídas por solos que não possuem um elevado potencial agrícola, florestal ou estando incultos, onde poderão ser instaladas pastagens, sistemas silvopastoris, ou mesmo floresta, de forma a fixar população ligada ao meio rural. Relativamente aos índices e condicionantes previstos no regulamento, o índice máximo de construção é 0.05, sendo a área máxima de pavimentos 750 m² e aplica-se da seguinte forma: -----

- A parcela tem 7500 m², da aplicação do índice resulta uma área de 375m², à qual se retiram 99 m² de área já construída, o requerente pode construir 276m²; -----

Acrescenta-se que se a moradia proposta esgotar a área máxima de construção permitida, a outra moradia não poderá sofrer uma ampliação. Alerta-se para o facto de dificilmente se poder proceder a um destaque de parcela de terreno. -----

Face ao exposto, foi deferido o pedido de viabilidade.-----

b) Vistoria-----

Processo: **616/2002** -----
Requerente: **Vitorino José Carriço Rosa** -----
Morada: Quinta do Setil - Rio de Moinhos - Borba -----
Objecto do Requerimento: Pedido de substituição de alguma estrutura na cobertura. -----

Este processo vem na sequência de um pedido de vistoria solicitado pelo Sr. Vitorino José Carriço Rosa, ao prédio urbano sito em Quinta do Setil - Rio de Moinhos - Borba. -----

Uma vez que foi esgotado o prazo estipulado pela Câmara, para que a proprietária do imóvel objecto da pretensão procedesse à entrega de orçamento para obra de conservação/reparação de cobertura, foi deliberado, que a proprietária e o inquilino sejam informados que ao abrigo do RAU, a Câmara pretende deferir o pedido elaborado pelo Sr. Vitorino

José Carriço Rosa, devendo este, entregar orçamento para a execução das obras que a Câmara defina como necessárias.-----

c) Concessão de licença para colocação de campas no cemitério-----

A Câmara Municipal, **deliberou, por unanimidade**, deferir o requerimento de **Manuel Inácio Trincadeiras Simões**, solicitando licença de obras pelo prazo de 15 dias para colocação de campa em mármore no Cemitério Municipal de Borba – Coval nº 698 do 4º Talhão.-----

Foi ainda deliberado ratificar os despachos dados pelo Vereador Artur Pombeiro em 04/02/02 que aprovaram os seguintes requerimentos:-----

. **Maria Cecilia Sardinha Barriga Negra**, solicitando licença de obras pelo prazo de 15 dias para colocação de campa em mármore no Cemitério Municipal de Borba – Coval nº 392 do 5º Talhão.-----

. **Maria do Céu Borrego**, solicitando licença de obras pelo prazo de 15 dias para colocação de campa em mármore no Cemitério Municipal de Borba – Coval nº 785 do 2º Talhão.-----

2.2 - OBRAS MUNICIPAIS-----

Empreitada de “Recuperação de Estrutura e Cobertura no Palacete dos Melos” – Propostas de Trabalhos a Mais-----

Propõe-se a aprovação das propostas de Trabalhos a Mais apresentadas pela firma EDICON- Construções Cíveis e Obras Públicas, Ld^a.:-----

a) “Revestimento lateral da cobertura provisória de protecção ao Palacete dos Melos”, no valor de 17.228,98 Euros (3.454.100\$00), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;-----

Analizada a proposta foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

b) “Demolições na Cobertura do Palacete dos Melos”, no valor de 9.080,25 Euros (1.820.427\$00), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.--

Considerando o valor da proposta de “Demolições na Cobertura” muito elevado, e tendo em conta que o Vereador Joaquim Serra acompanhou este processo, o Sr. Presidente pediu-lhe opinião sobre o valor da proposta apresentada pela empresa. O Vereador referiu que considera o valor da proposta elevado, tendo em conta que a firma já tem os estaleiros montados. Referiu também que, na sua opinião, estes seriam os valores que

outra empresa poderia apresentar se tivesse que proceder à montagem dos estaleiros. Assim, o Vereador recomendou que seja feita uma análise, pela técnica que tem o processo, de modo a que sejam comparados os preços de demolições que constam no projecto, com o preço que é proposto pela empresa, e verificar se realmente existe alguma disparidade. Face ao exposto, o Vereador sugeriu: se de facto essa disparidade não existir, ou seja, se os preços forem idênticos, a Câmara poderá avançar com a aceitação da proposta apresentada. Se for verificado o contrário, ou seja, se o valor da proposta for mais elevado que o valor apresentado em projecto, a Câmara poderá contactar a empresa e confrontá-la de modo a baixar o valor proposto.-----

Assim, analisada a proposta para “Demolições na Cobertura do Palacete dos Melos” a Câmara Municipal deliberou aprová-la com a condicionante acima referida.-----

2.5 – REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL-----

Tendo em conta a alteração à Lei 166/99 de 18 de Setembro, foi elaborada a proposta de Regimento da Câmara Municipal de Borba, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei 5^A/2002 de 11 de Janeiro.-----

Assim, previamente distribuído por todo executivo, **foi deliberado, por unanimidade aprovar o Regimento da Câmara Municipal.**-----

2.4 - EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO-----

Na sequência da deliberação de Câmara tomada em 23 de Janeiro de último, foram solicitadas propostas relativas às condições de financiamento, a curto prazo, em conta corrente caucionada para o ano financeiro de 2002, até ao montante global de **300.000,00 € (60.144.600\$00)**, com a finalidade de ocorrer a dificuldades de tesouraria, às seguintes entidades bancárias: Caixa Geral de Depósitos, Banco Português do Atlântico, Banco Português de Investimento, Banco Totta & Açores, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e Banco Espírito Santo.-----

Entre as entidades bancárias contactadas apresentaram proposta: a Caixa Geral de Depósitos a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, o Banco Português do Atlântico e o Banco Espírito Santo.-----

Após análise das mesmas, foi elaborada informação pelo técnico da área financeira desta autarquia, que fica anexa a esta acta.-----

Da análise efectuada, e de acordo com a referida informação técnica, concluiu-se que a proposta que apresenta condições mais vantajosas é a do Banco Espírito Santo, e que são as seguintes:-----

Pagamento de Juros: **trimestral.**-----

Taxa de juro: Taxa Nominal Variável correspondente à “Euribor” a 3 meses, com um “spread” de 0,375%.-----
Assim, tendo em conta o estipulado na alínea a) do nº.6 do artigo 64 da Lei nº.169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5^A/2002 de 11 de Janeiro, **a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contratação do referido empréstimo, junto do Banco Espírito Santo.-----**

2.5 – NOMEAÇÃO DO RESPONSÁVEL DA CÂMARA NA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROPRIEDADE URBANA-----

Considerando que o Código da Contribuição Predial, nos seus artigos 131º e 132 prevêm a constituição de comissões de avaliação para cada concelho das quais fará parte um elemento designado pela Câmara; considerando que por deliberação de 5 de Fevereiro de 1990, foi designado o Engenheiro António Carlos da Silveira Menezes Nerra Marques, mas, que já não faz parte do quadro da autarquia; considerando que a Câmara Municipal tem ao seu serviço um funcionário que reúne condições para o efeito, pelo que importa substituir o elemento então designado; **a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nomear para o cargo o funcionário Humberto Fernando Laranjeira Conceição.-----**

2.6 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

Protocolo entre o Instituto Português das Artes do Espectáculo e a Câmara Municipal de Borba-----

Presente a Minuta de Protocolo a celebrar entre o Instituto Português das Artes do Espectáculo e a Câmara Municipal de Borba que, depois de analisada, foi aprovada por unanimidade.-----
Depois de assinado, ficará cópia anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

. Neste ponto da ordem do dia o Sr. Presidente informou sobre as reuniões em que participou desde o período que decorreu entre a última reunião de Câmara e a de hoje:-----

. Reunião com a empresa (Sight) que está a tratar do Património Municipal, que teve como objectivo tratar a questão de um pagamento em atraso, para

que a empresa possa avançar com a parte do património que falta (domínio público). O assunto foi tratado.-----

. Reunião com a PAVIA, dia 4 do corrente, para fazer o ponto da situação acerca da questão de tentativa de conciliação extrajudicial referente às 3 empreitadas “Repavimentação de Arruamentos em Orada” “Repavimentação de Arruamentos em Rio de Moinhos” e “Beneficiação do CM 1041 entre a EN4 e a E 508 - 1ª Fase”. *O Sr. Presidente informou* que, depois de consultados os processos e, auscultada a consultora jurídica da Câmara, chegou á conclusão que se tratava de um processo complicado e, tendo isto em conta, decidiu chegar a acordo com a empresa no sentido de se pagar 25%, agora, sendo os restante 75% pagos faseadamente.-----

Sobre esta questão o *Vereador eleito pela CDU, João Proença* esclareceu que já se passaram, na Câmara, casos idênticos a este, mais concretamente com a firma DILOLO. Na altura, quando o processo decorreu, depois de condenados no Supremo Tribunal Administrativo, conseguiu-se uma redução na dívida de 6.000 contos. É evidente, que situações destas, passam sempre por um processo de negociação, e encontrando-se os processos para conciliação, estes acordos deveriam ser sempre com grande vantagem para o Município, tendo em conta que o anterior executivo não os resolveu, nem os sancionou, porque efectivamente existiam razões técnicas que levaram a Câmara a não aceitar os pagamentos propostos. *O Vereador* exemplificou casos concretos, como foi o caso da SOPOL (que também ainda não está resolvido) que ameaçou levar o caso para contencioso. Chamou a atenção do Sr. Presidente, para a aceitação deste tipo de acordo, e que fundamentação apresenta para decidir proceder ao pagamento, depois de ter decorrido todo este processo. *O Sr. Presidente* referiu que, naquele processo, não existe nada que diga que a Câmara tem razão para não pagar, por isso antes que esta situação dê origem a um aumento de juros, e para que não se passe o mesmo que se passou com a empresa Betofer (processo dos 22 Fogos do Chalé), decidiu pagar.-----

. Reunião com os credores. *O Sr. Presidente informou* que convocou uma reunião com todos os credores, tendo em conta o excesso de chamadas telefónicas que se estavam a receber diariamente. Para tentar suprir esta questão, resolveu ouvi-los. Segundo informação deles, havia-hes sido transmitido que iriam receber, em Janeiro, os pagamentos em atraso. *O Sr. Presidente* disse que, houve alguns credores que manifestaram algum desagrado quanto à forma como foram tratados, nomeadamente, proprietários de adegas de outros concelhos. Salientaram o facto do vinho ter vindo, para a Festa da Vinha e do Vinho, à consignação; o facto da Câmara o ter vendido e ter ganho a percentagem e, até agora não lhes ter sido dada qualquer satisfação. Quanto aos restantes credores, foram pessoas

compreensivas, e, entre todos chegou-se à conclusão que, com tempo e com alguma tranquilidade, tudo se vai resolver em termos de pagamentos.-- Sobre esta reunião com os credores, *os Vereadores eleitos pela CDU* referiram que por aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente, consideram que a mesma foi muito mal preparada. Entendem, não se ter justificado que a maior parte dos credores se tenham deslocado de muitos sítios do país, que certamente traziam alguma expectativa de encontrarem esta questão preparada de outra forma. *O Sr. Presidente referiu* ter ficado surpreendido como a observação feita pelos Senhores Vereadores que, sem terem estado presentes na reunião, conseguem aqui transmitir a forma como a mesma foi preparada e apresentada, ao que os *Senhores Vereadores* disseram que essa informação lhes foi dada por alguns dos fornecedores que estiveram presentes.-----

No que respeita à questão referida pelo Sr. Presidente acerca do desagrado manifestado pelos proprietários das adegas, *os Vereadores eleitos pela CDU* esclareceram que se trata de um distribuidor de vinhos que representa várias adegas, e que certamente terá razão para mostrar o seu descontentamento, tendo em conta que este tipo de fornecimentos eram pagos a 60 dias e, como foram efectuados em Novembro, certamente, em Janeiro seriam liquidadas essas facturas. Referiram que deveria ter sido dada, ao actual executivo, informação mais detalhada por parte dos serviços, tendo em vista que a filosofia que foi seguida em relação à anterior Festa da Vinha e do Vinho, foi de ser pago em primeiro lugar aquilo que é possível obter financiamento, como por exemplo, as tendas (que apenas falta pagar 500 contos). *Os Vereadores* recomendam que deverá ser analisada a situação de alguns fornecimentos que deveriam ir sendo pagos todos os meses, porque existem receitas da Câmara que poderão ser utilizadas com algum critério, ao que *o Sr. Presidente* informou que o critério que vai adoptar será de pagar, já, as despesas que ele assumiu. Quanto às despesas assumidas anteriormente vai gerir a forma como as vai liquidar. *O Vereador eleito pela CDU, João Proença* acrescentou ainda que, do conhecimento que tem sobre as receitas possíveis, a Câmara tem condições para nos primeiros quatro meses deste ano, liquidar todas as dívidas correntes, sobretudo se houver vontade para isso. Se não se conseguirem liquidar até finais de Abril, então que se equacione a possibilidade de alienação de património, porque se a Câmara está a usufruir dos bens adquiridos não deverá remeter para os fornecedores esse ónus.-----

. Reunião com o Dr. Barroso da Mixgest, a pedido deste, para tratar assunto relacionado com o Hospício. *O Sr. Presidente informou* que o Dr. Barroso está na disposição de negociar o edifício. Embora não se tenham apontado

valores, o Dr. Barroso pretende apresentar uma proposta baixa que dê para reembolsar os custos que já teve, nomeadamente, com advogados.-----
Após a informação dada pelo Sr. Presidente, *os Vereadores eleitos pela CDU*, concordam que a Câmara deverá continuar a tratar este assunto com o Dr. Barroso. Disseram também que esta é uma questão muito complicada, mas terá que ter algum desenvolvimento. O encaminhamento que o anterior executivo deu ao assunto foi também por razões de alterações de comportamento muito significativas de reunião para reunião, tendo em conta que o proprietário não se apresentava sempre com a mesma postura, tanto mais que, ofereceu o edifício e depois voltou a trás. Os Vereadores referiram que o proprietário não tem tido para com a Câmara uma atitude muito coerente, no entanto consideram que é um assunto que deve ser analisado para que se encontre uma solução.-----

. Reunião com a Borcoop. Foi feito o ponto da situação acerca da decisão tomada sobre a transmissão dos lotes de terreno sitos no Loteamento da Nova – Nora, à Borcoop. *O Sr. Presidente* referiu que ainda não tinha percebido muito bem esta questão, mas, depois da conversa com o sócio-gerente, Sr. João Paulo, ficou esclarecido. Informou que o Sr. João Paulo lhe transmitiu da existência de uma factura no valor de 492 contos, factura essa que a Câmara devolveu à empresa sem que fosse acompanhada de qualquer informação anexa. *O Sr. Presidente* disse não ter percebido esta questão da factura. Neste contexto, *foi dado o seguinte esclarecimento pelo Vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra*: a referida factura foi devolvida à Borcoop. Explicou que a Borcoop, já depois da execução das infraestruturas eléctricas do Loteamento do Chalé, procedeu a alterações ao projecto de construção de habitação social, alterações estas, que levaram também a alterações das infraestruturas eléctricas. Desta forma, foi acordado com a Borcoop que a Câmara autorizava as alterações das infraestruturas eléctricas, no entanto, caberia à Borcoop suportar os encargos que daí advinham. A Cuop era a empresa que estava a intervir, na altura, e como tinha possibilidades para executar aquele trabalho, procedeu à execução daquelas alterações. *O Vereador acrescentou* que, como existia um saldo na candidatura do Loteamento do Chalé, a Câmara iria tentar incluir aquela factura nesta candidatura. Se isto fosse possível a Câmara assumiria aquela despesa, caso contrário, a Câmara devolveria a factura à Borcoop que por sua vez teria que tratar esta questão com a Cuop. Foi efectivamente o que aconteceu, isto é, chegou-se ao final do mandato e não se conseguiu incluir a factura na candidatura do Chalé, por isso foi devolvida à Borcoop. *O Vereador informou* que esta questão foi tratada com a Borcoop, em diversas reuniões, por isso tinha conhecimento desta situação.-----

Sobre esta questão o Vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, informou que a Borcoop tem ainda pagamentos em atraso respeitantes ao valor do lote, isto, porque a Câmara foi-lhe dilatando o prazo de pagamento de modo que fossem pagando à medida que fossem recebendo o dinheiro das vendas. Informou ainda que também foi vista, com a Borcoop, a possibilidade de serem tratados os arranjos exteriores da parte de trás da habitação, em conjunto com os arranjos exteriores dos outros lotes. No entanto, para esta questão dos arranjos exteriores, não foi assumido qualquer compromisso por parte da Câmara.-----

. Reunião com a Copobor – O Sr. Presidente informou que, nesta reunião, a Copobor manifestou interesse na possibilidade de fornecer produtos alimentares para as cantinas escolares do concelho. Esta hipótese ficou em aberto para se poderem analisarem os preços praticados.-----

Outra questão que se analisou e que preocupa a Copobor, é o espaço anexo à Igreja Matriz tendo em conta o seu mau estado de conservação. O Sr. Presidente perguntou aos Vereadores eleitos da CDU quem são os proprietários daquele terreno, tendo-lhe sido respondido que existe uma escritura de cedência daquele espaço à Copobor. Quanto ao mau estado de conservação do espaço, os Vereadores alertaram a Câmara para a responsabilidade que tem naquele espaço, tendo em conta que já foi pedida a intervenção da Câmara junto da proprietária.-----

Os referidos Vereadores referiram ainda que o entendimento da Câmara era de que aquele terreno seria mais útil à própria Câmara, que propriamente à Copobor, podendo a cooperativa ser compensada com outro espaço a nível de instalações.-----

Neste contexto, o Sr. Presidente referiu concordar com a questão de outras instalações para a Copobor e, informou que já foram vistas algumas hipóteses com a Copobor.-----

. Reunião com a Constibelo (empresa proprietária dos lotes de terreno frente ao Mercado Municipal). O Sr. Presidente referiu que segundo informação dada pelo proprietário desta empresa, a construção prevista para aquele espaço, a parte do r/c vai destinar-se a comércio. A grande preocupação do proprietário são os dois lotes de topo, para os quais não consegue encontrar serviços que possam vir ali a instalar-se. Para isso, pretende alterar o uso dos lotes. No entanto, esta alteração, implica também uma alteração ao Plano de Pormenor da Cerca.-----

A título de exemplo, o Sr. Presidente referiu que, esta pode vir a ser uma solução para instalação da Copobor.-----

. Reunião com o Gerente da Clínica de Diagnósticos Saúde-Borba. O Sr. Presidente informou que foi feito o ponto da situação acerca deste processo da clínica, e que o Sr. Mota lhe transmitiu, ter recebido um ofício da

Câmara com as condições de venda para o lote destinada à nova Clínica, condições essas, que nunca lhe tinham sido anteriormente propostas e, que é impensável construir, em Borba, uma Clínica com 3 pisos. Contudo, com as cláusulas que lhe foram apresentadas, ficará impedido de rentabilizar o piso de baixo, que poderia ser destinado a stand de automóveis, ou, até poderia vir a ser outra solução para a Copobor (referiu o Sr. Presidente a título de exemplo).-----

Usaram da palavra os Vereadores eleitos pela CDU e esclareceram: As cláusulas propostas para a venda daquele lote, não permitem a construção de habitação, uma vez que a utilização daquele lote se destina a comércio e serviços. A Câmara pretendia adjudicar aquele lote mediante um processo de discriminação positiva, ou seja, definiu-se um serviço que era importante para a Vila de Borba e para o concelho (uma Clínica), logo, teria que ficar estabelecido um ónus, nas condições de venda, que não permitisse dar outro uso ao lote. A título de exemplo os Vereadores referiram: o lote em termos de valores imobiliários não é caro, no entanto, se o comprador lhe puder alterar o uso, vai desvirtuar aquilo que foi a discriminação positiva, ou seja, terá que se fixar aquele lote exclusivamente para o uso que lhe foi atribuído. Disseram também que a Câmara não pode deixar que a parte destinada à Clínica seja preterida em relação à rentabilização daquilo que o comprador pode fazer pelo lote. *Os referidos Vereadores informaram* que, na altura que esta questão foi tratada com o Sr. Mota, a intenção dele era a implantação da clínica a partir do r/chão e, utilizaria a parte semi-enterrada para raio x e uma série de coisas importantes para o funcionamento da clínica. A utilização mais difícil, que o Sr. Mota colocou, foi ao nível do 3º piso. Neste campo, a Câmara sugeriu que, poderia construir um ginásio, etc. Contudo, o Sr. Mota, colocou também a hipótese de construir 2 ou 3 apartamentos no 3º piso.-----

Os Vereadores eleitos pela CDU realçaram que o importante nesta questão é que aquilo que foi a discriminação positiva para a instalação de um serviço não permita, agora, que o proprietário que adquira um lote, daquele tipo e naquele local, pelo valor de 25.000 contos o vá rentabilizar comercialmente, que, neste caso, deixaria de haver o espírito do serviço público passando a entrar na lei do mercado (hasta pública). Contudo, se este processo fosse tratado através de hasta pública, não se poderia garantir a fixação da clínica naquele local, teria de se ir ao encontro do Plano de Pormenor em que aquele lote é destinado a comércio e serviços. No entanto o interesse da Câmara foi no sentido da Clínica poder ficar em Borba, e que pudesse melhorar as condições de funcionamento. Daí, a decisão da Câmara na venda do lote sem recurso a hasta pública. Assim, *os Vereadores eleitos pela CDU*, sugeriram que a Câmara deveria continuar a decidir da mesma forma como foi decidido até aqui, e que só deveria autorizar a utilização de outros usos depois da construção e do

funcionamento da Clínica, não devendo permitir que exista neste processo interesses imobiliários.-----

. Reunião na CCRA – *O Sr. Presidente informou* que na sequência das duas (2) reuniões atrás referidas (Constibelo e Clínica Saúde Borba) participou numa reunião na CCRA para análise da possibilidade de alteração ao Plano de Pormenor da Zona da Cerca. Apurou-se nessa reunião que, relativamente à construção prevista pela empresa Constibelo, não será necessário proceder a alterações ao uso dos lotes (r/chão).-----

Ainda sobre a Constibelo, *o Sr. Presidente informou* que a pretensão do proprietário é que lhe fosse dada a possibilidade que o caminho pedonal existente pudesse passar por cima da placa das garagens. Sobre esta questão *os Vereadores eleitos pela CDU*, tendo em conta o conhecimento que têm acerca da proposta de construção da empresa Constibelo, *informaram* que existe uma rampa que previa a construção de uma escadaria e, a pretensão do proprietário seria de acabar com essa rampa. Contudo, em termos de subsolo (zona de cave) esta situação iria ocupar o domínio público. Outra pretensão do proprietário é a rentabilização dos lotes de terreno alterando-lhe os usos, ou seja, mudando o uso dos lotes para habitação, mas, para tal, é preciso que a Câmara esteja de acordo. *Os referidos Vereadores* realçaram que, no seu ponto de vista, só deverão ser alterados planos de pormenor desde que essas alterações justifiquem o interesse público, ou seja, não deve ser o interesse particular a motivar as alterações a um Plano de Pormenor. Sugeriram também que sejam muito bem avaliadas as questões técnicas que envolvem este processo, pois, se for sujeito a alteração, trata-se de uma questão que está sujeita a discussão pública.-----

. Reunião com a SOPOVICO – *O Sr. Presidente informou* que recebeu o Eng^o Roma da Sopovico, para tratar a questão de um pagamento em atraso desde Julho, no valor de 4.393.463\$00. Informou também que, na sequência deste pedido de pagamento, agendou uma reunião com as outras 3 Câmaras envolvidas no processo da empreitada de “Rectificação e Alargamento do Traçado da EM 508 entre Alandroal e Estremoz”, para que esta questão possa ser resolvida com urgência. Foi vista a hipótese de serem pagos, agora, os 4.393.463\$00. *O Sr. Presidente referiu* que a Câmara está a pagar o factoring correspondente a essa despesa sem que isso se justifique, e, as Câmaras foram informadas que lhes vão ser debitados os juros proporcionais à dívida que cada uma tem. Desta forma, e tendo em conta que a dívida é elevada, falou-se com o Economista da Câmara (Dr. Nuno) para apresentar uma proposta de plano de pagamento para que a situação se resolva definitivamente.-----

. Reunião com a EDICON – *O Sr. Presidente informou* que foi feito o ponto da situação sobre a obra do “Palacete dos Melos” e a obra do “Cartório Notarial e Conservatória dos Registos Civil e Predial de Borba”. Referiu ter ficado preocupado com a questão que se prende com a obra do Cartório Notarial, por duas razões: 1ª - por ter sido contraído um empréstimo a médio e longo prazo especificamente para aquela obra e, neste momento, não existe obra nem dinheiro. 2ª - por não saber se existe algum documento protocolar que prove que, neste momento, os Serviços de Registo e Notariado ainda estão interessados. Face ao exposto pediu, aos Senhores Vereadores eleitos pela CDU, que o esclarecessem sobre esta questão. *Os referidos Vereadores sublinharam* o facto do empréstimo não ter sido gasto na obra do Cartório Notarial, porque a obra não avançou nos prazos previstos, tendo sido utilizado noutras em que foi necessário, sendo, por isso, considerada uma dívida da Câmara. Sobre esta questão os vereadores aconselharam que se pedisse uma audiência com os responsáveis dos Serviços de Registo e Notariado, para que possa ser feito o ponto da situação deste processo, porque com esta entidade as coisas mudam com muita frequência.-----

Ainda sobre esta questão, *o Sr. Presidente perguntou* se foi analisado o novo projecto de estrutura para este edifício. Disse que lhe foi transmitido pela técnica da empresa que o projecto de estrutura é igual ao inicial. *Os Vereadores eleitos pela CDU* disseram que se a empresa deveria prestar essa informação por escrito. Contudo, tem que se confrontar o engenheiro responsável pelo projecto, com a informação dada pela técnica da empresa. Na altura, o procedimento foi de ser feito o projecto de alterações à estrutura, pelo Engenheiro responsável, e por sua vez a empresa avaliava esse projecto de alterações e fazia o orçamento. Desta forma, se a empresa verificar que o projecto é igual, deverá informar por escrito e, neste caso, deverá convocar-se a Curva de Nível para uma reunião de esclarecimento.-

. Reunião com a Direcção dos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara – *O Sr. Presidente informou* que a questão que colocaram mais pertinente foi efectivamente fechar o serviço do Balcão do Bar (oficinas). Pretendem continuar a usufruir da sala de convívio, pois é necessária os trabalhadores. Quanto ao serviço de balcão, consideram que existe pouco controle, principalmente quando os funcionários permanecem lá até mais tarde. Outra proposta que apresentaram prende-se com a mudança do armazém, tendo em conta a falta de espaço com que se estão a confrontar.--

. Reunião com a Borurbe – *O Sr. Presidente disse* que foi informado pelo Sr. João Ramalho que a obra de infraestruturas eléctricas, do Loteamento do Picadeiro, já foi entregue à EDP, no entanto, ele próprio já contactou a EDP que lhe disseram não terem conhecimento. Face ao referido pelo Sr. Presidente, *o Vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, esclareceu* que o Sr. João Ramalho tem que trazer o Auto de Recepção da EDP, que terá que entregar na Câmara para poder levantar a caução e só depois se poderá fazer a ligação.-----

Os Vereadores eleitos pela CDU alertaram para as responsabilidades que a Câmara tem neste Loteamento, ou seja: a Câmara tem responsabilidades de infraestruturas de acordo com o contrato de urbanização.-----

. Reunião com a DRAOT – Direcção Regional de Ambiente e Ordenamento do Território. *O Sr. Presidente informou* que deslocou-se à DRAOT para abordar a questão do Plano de Pormenor do UNOR 2. Informou também que foi abordada a questão da ETAR da Parreira, e que foi pedido parecer à CCRA, tendo sido transmitido que vai ser emitido parecer favorável. Foi também analisada a questão da Tapada do Anjinho, no sentido de serem feitos alguns melhoramentos de modo a se poder candidatar aquela obra.-----

. Reunião no GAT de Évora – sobre o Plano de Pormenor da ZH1 – Zona do Barreiro e apresentação de novas propostas.-----

O Sr. Presidente informou que na sequência desta reunião, foi também vista a hipótese do enquadramento do Novo Centro de Saúde nesta zona, como alternativa à proposta inicial contemplada em PU.-----

A pedido da Misericórdia, e na sequência do projecto para o novo Infantário, foi pedido, ao Arqº Amorim, um estudo prévio, para aquela zona, estudo esse, que prevê um espaço onde poderá eventualmente vir a ser implantado o Centro de Saúde.-----

. Relativamente à construção do Novo Centro de Saúde, *o Sr. Presidente transmitiu* que, segundo informação que lhe foi dada, se esta questão não se resolver rapidamente, a construção do Centro de Saúde poderá passar a ser feita em Vila Viçosa. Ou se encontra uma alternativa rápida, ou, não haverá Centro de Saúde em Borba. Informou também, que sobre a avaliação que foi feita para os terrenos para onde está prevista a construção do Centro de Saúde (40.000 contos), a ARS ainda considera caro, e com a mudança do Governo a questão da expropriação ficará ainda mais complicada.-----

Sobre a questão do Centro de Saúde, *os Vereadores eleitos pela CDU recomendam* que sejam oficiados os serviços da ARS sobre esta situação. Informaram que o anterior executivo fê-lo por diversas vezes mas nunca obteve resposta. A ARS nunca deu resposta, por escrito, em relação ao

local para a construção do novo centro de saúde, no entanto, poderá vir a responder ao actual executivo se, efectivamente, as questões lhe forem colocadas.-----

O Sr. Presidente informou:-----

. Foram contactadas algumas empresas para apresentação de propostas para a revisão do PP e para a revisão do PDM.-----

Sobre a informação dada pelo Sr. Presidente, *o Vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra* perguntou que tipo de consultas foram feitas, se oficiais, se particulares, ao que o Sr. Presidente informou que, neste momento, ainda não foram feitas as consultas, apenas se contactaram as empresas (FBO, Tecninvest e Plural) no sentido de obter alguma informação, para posteriormente se avançar para a consulta. Assim, *o Vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra*, chamou a atenção para a elaboração do Caderno de Encargos e Programa de Concurso, documentos que têm que ser aprovados em reunião de Câmara.-----

. Foi efectuada consulta para apresentação de proposta para uma Auditoria externa à Câmara Municipal.-----

No que respeita a obras o Vereador Artur Pombeiro informou:-----

. Continuação dos trabalhos de encaminhamento de águas pluviais na Estrada 1041, entre a EN4 e Nora. Estão a ser colocadas manilhas só até onde há hipóteses, porque pediu-se autorização ao Coronel para colocar as manilhas por dentro, e não autorizou. Este, não foi receptivo ao pedido argumentado que tinha razão de queixas da Câmara.-----

. Trabalhos de Beneficiação na Estrada 1042 e reparação do pontão – o pontão que estava iniciado vai ficar maior do que estava previsto. As guardas vão ficar sinalizadas e mais largas para, na eventualidade de um possível alargamento da estrada, não ser necessário derrubar as guardas.---

. Arranjos Exteriores do Bairro 1º de Maio – deverão ficar concluídos amanhã.-----

. Continuação dos trabalhos na Boavista – Rio de Moinhos. Aguarda-se autorização da hidráulica para colocação de manilhas para que a vala não fique a céu aberto.-----

. Foi retomado o serviço no Loteamento da Nave.-----

. Limpeza de estradas e colocação de tout-venant nomeadamente na zona da lixeira e na zona de Alcaraviça e Orada.-----

. **O Vereador Humberto informou:**-----

. De acordo com o Regulamento da Rede Social, em vigor, as reuniões deverão realizar-se mensalmente. Segundo informação que lhe foi transmitida, no ano transacto além da reunião de constituição, poucas foram as que se realizaram. Informou que, o novo executivo já encetou a realização destas reuniões, tendo decorrido uma na passada sexta-feira, e, está outra agendada para a próxima sexta-feira.-----

. Realizaram-se reuniões com as diversas associações e colectividades do concelho, para apresentação de cumprimentos e avaliação das necessidades mais prementes de cada uma. *O Vereador Humberto informou* ter verificado a existência de pequenos problemas, nomeadamente: a Associação dos Dadores Benévola de Sangue da Orada, considera que a proposta que lhe foi feita, anteriormente, ao nível das instalações é pouco funcional. São instalações pouco arejadas, e pediram que a Câmara encontrasse outra proposta mais aliciante.-----

O referido Vereador informou ainda que, na sequência da reunião de apresentação com a Água d'Ossa - Associação para o Desenvolvimento do Mundo Rural e Produtos Tradicionais, entre Guadiana e Serra d'Ossa, foi agendada outra reunião com os queijeiros, com a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos e com, tendo sido definido que a Feira do Queijo, este ano, se realizará na freguesia de Rio de Moinhos.-----

Relativamente à realização da Feira do queijo em Rio de Moinhos, *os Vereadores eleitos pela CDU*, entendem ser um erro por parte da Câmara, pois, desta forma, acaba-se com esta iniciativa no concelho. Disseram que resta a esperança que este erro ainda possa ser corrigido em anos seguintes, com outra estrutura e outra organização, porque este deveria ser o grande salto da Feira do Queijo em Borba, o que já não vai acontecer. Consideram que esta decisão por parte da Câmara não foi a melhor, pois esta iniciativa ainda não está devidamente estruturada. Está a precisar de lançamento, e esse lançamento só se consegue com a continuidade, e não com grandes alterações. Os Vereadores eleitos pela CDU entendem que o executivo está ainda a tempo de reanalisar e ponderar a situação e, que deveria ser uma preocupação grande, quer para a CDU, quer para o PS, não permitir que esta iniciativa se perdesse.-----

Questões colocadas pelo Vereador eleito pela CDU Joaquim Serra:-----

1º Qual o ponto da situação da Estação de Transferência de Resíduos Sólidos? Qual a solução encontrada provisoriamente, e que acordo foi feito?-----

O Sr. Presidente referiu que esta informação já havia sido dada na última reunião, no entanto, acrescentou que o Aterro Sanitário entrou em funcionamento no dia previsto. Está previsto, a título provisório, que o lixo chegue até à actual lixeira de Borba, para ser carregado em contentores e transportado para o aterro sanitário de Évora. *O Sr. Presidente informou* que já manifestou alguma preocupação relativamente à morosidade que o contentor leva a chegar lá. Informou ainda que, segunda-feira passou pela lixeira e que a informação que lhe deram foi que está a entrar mais lixo do que o que sai. A justificação dada, para isto, foi que segunda-feira é um dia complicado e transmitiram e que iam aumentar o número de viaturas. Quanto a esta questão, o Sr. Presidente salientou que, se isto vier a acontecer, está disposto a não permitir que o lixo entre aqui, no entanto, pela informação que teve, a situação melhorou a partir de segunda-feira.----

Os Vereadores eleitos pela CDU, consideram oportuno que a Câmara notifique a Associação de Municípios, no sentido de informar que o exemplo que está a ser dado não veio contribuir para dignificar as estações de transferência. Se se pretende que as estações de transferência tenham um bom acolhimento, a situação provisória que foi encontrada faz desacretidar naquilo que pode ser uma estação de transferência. Deverão ser tentados esforços, para que a lixeira funcione provisoriamente como uma estação de transferência, e que o lixo em vez de ser lançado para o chão, seja directamente lançado para os contentores; para que os carros que fazem a recolha sejam os mesmos que vão fazer a recolha da estação de transferência, ou seja, que dentro das condicionantes possíveis, se consiga o bom funcionamento da estação de transferência.-----

2º Gostaria que até à próxima reunião lhe fosse facultado um balancete final do mês de Janeiro que contemple as receitas cobradas com discriminação das mais volumosas e os pagamentos efectuados, assim como, uma listagem de dívidas a fornecedores.-----

3º. Gostaria de saber o ponto da situação e o tratamento que está a ser dado a processos que surgiram, com construções ilegais em áreas da REN, na parte final do mandato anterior, nomeadamente: Casa Agrícola Cavaco Veiga; uma construção do Sr. Janeiro, sita na Alcaraviça e outra do Sr. Barroso também na Alcaraviça.-----

Relativamente aos processos acima referidos, *o Vereador Artur Pombeiro informou* que até à data ainda não teve conhecimento de nenhum, ao que o Vereador Joaquim Serra aconselhou o Vereador Artur que procurasse saber

o ponto da situação destes processos, junto dos serviços, porque administrativamente têm que ter tratamento.-----

. Antes de dar a reunião por encerrada, o Sr. Presidente procedeu à leitura da minuta da acta, que foi aprovada por unanimidade e ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----ENCERRAMENTO-----

-----Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas catorze horas.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, composta por dezoito páginas que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----